

GDF terá de pagar calote

Paola Lima
Da equipe do **Correio**

Os 58.041 alunos da rede pública com direito a receber dinheiro do extinto Poupança-Escola, do Governo do Distrito Federal (GDF), contam agora com a ajuda do Ministério Público para reaver o benefício. O governo até reconhece a dívida de quase R\$ 12 milhões, mas não define quem é responsável pelo pagamento. E, assim, prolonga o calote.

Cerca de mil mães de alunos estiveram ontem na audiência pública organizada pela Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, para discutir sobre o Poupança-Escola e a situação das famílias excluídas do programa educacional Renda Minha. Promoveram um *panelaço* e pediram ajuda ao Ministério Público. Saíram de lá com a promessa de que o MP cobrará do GDF uma solução. "Vou convocar na próxima semana representantes das secretarias de Educação, do Trabalho e da Fazenda, para explicar porque o dinheiro da Poupança-Escola ainda não foi pago", garantiu a promotora Luiza de Marillac.

Criado em 1995, o Poupança-Escola doava um salário mínimo por ano a alunos que concluíssem o ano letivo. O dinheiro era depositado em uma conta bancária no nome do estudante e só podia ser retirado quando ele concluísse a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio.

O programa foi extinto em julho do ano passado. Mas, desde 1999, o governo não paga os estudantes. De acordo com a Secretaria de Trabalho, responsável pelo depósito nas contas correntes, a dívida acumulada é hoje de R\$ 11,9 milhões. Apenas 3.459 estudantes receberam o recurso em 1999. Nada menos

Kleber Lima



DE PANELAS NAS MÃOS, MIL MÃES EXIGIRAM O PAGAMENTO DO POUPANÇA-ESCOLA E O INGRESSO NO RENDA MINHA

que 11.475 ficaram de fora. Em 2000, a situação foi pior. Nenhum dos 46.566 alunos que tinham direito a sacar sua poupança foi contemplado.

Foi o caso de Elton Pereira, 15 anos. O rapaz passou para a 5ª série em 2000 e ganhou o direito de sacar 50% da poupança. Em valores de hoje, seriam R\$ 360. "Fomos ao banco todo mês, mas sempre diziam que o dinheiro ainda não tinha saído", conta a mãe de Elton, Maria Pereira, 52. Ela, o marido (ambos desempregados) e os três filhos menores moram na Agrovila de São Sebastião. "Mas eu ainda não desisti de receber."

EMPURRA-EMPURRA

A dificuldade do governo é encontrar o responsável pelo pagamento da conta. A Secretaria de Educação diz

que lhe cabia somente listar os alunos, acompanhar seu desempenho e preparar a folha de pagamento. "O dinheiro sempre veio da Secretaria de Trabalho, pelo Fundo de Solidariedade (Funsol)", explicou Vandercy Camargo, subsecretária de Suporte Educacional.

O Funsol foi criado em 1995, para atender, entre outras coisas, o Poupança-Escola. Mas, segundo o secretário-adjunto de Trabalho, Paulo Roberto Soares, desde 1998, quando foi aprovada a Lei Complementar 113, a programa foi desvinculada do Funsol. "Depois da lei, ficamos responsáveis apenas por receber o recurso e distribuir nas contas bancárias."

O secretário-adjunto chegou a fazer um despacho ao chefe, Vatanábio Brandão, também envia-

do à Secretaria de Fazenda, com informações sobre o programa e a sugestão de se criar uma suplementação, dentro do orçamento da Secretaria de Educação, para cobrir o débito. Uma cópia do despacho foi entregue ao Ministério Público pela deputada distrital Maria José Maninha (PT), junto com um pedido de investigação do caso. "O governo já reconheceu a dívida. Agora é preciso pagar", diz a deputada.

Outra questão que o Ministério Público quer ver respondida é onde estão os mais de R\$ 7 milhões dos orçamentos de 2000 e de 2001 destinados ao programa. "O governo não pode ficar neste jogo de empurra. A responsabilidade pelo débito é do GDF e ele tem de pagá-lo, não importa de onde venha o recurso", argumentou a promotora.

ENTENDA O CASO

O Poupança-Escola foi criado em 1995, por lei distrital, como uma espécie de bônus para estimular os alunos inscritos no extinto Bolsa-Escola a concluir o ensino médio. Anualmente, o GDF fazia um depósito de um salário mínimo para cada aluno aprovado.

O dinheiro só poderia ser sacado quando o aluno passasse da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental, da 8ª série do ensino fundamental para o 1º ano do ensino médio e quando concluísse o 3º ano do ensino médio. Nos primeiros dois casos, o aluno só poderia sacar 50% do valor depositado. O dinheiro integral só seria liberado ao final do 3º ano.

Cerca de 58 mil alunos que tinham direito a fazer o saque em 1999 e 2000, porém, nada receberam. O GDF não fez os depósitos no Fundo de Solidariedade (Funsol), da Secretaria do Trabalho.

O GDF incluiu o Poupança-Escola nos orçamentos de 2000 e de 2001, quando deveriam ser feitos os depósitos de 1999 e de 2000. Em 2000, foram destinados R\$ 3,5 milhões para o Funsol. Em 2001, R\$ 3,7 milhões. Mas, segundo a Assessoria de Comunicação da Secretaria do Trabalho, o dinheiro nunca chegou ao fundo.